

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Destaques Financeiros ('000)	2025
<b>Receita operacional líquida</b>	-
<b>Custos e despesas operacionais</b>	<b>(3.053)</b>
<b>EBITDA</b>	<b>(3.053)</b>
Resultado Financeiro	6.404
Imposto sobre Lucro	(262)
<b>Lucro Líquido</b>	<b>3.089</b>

Após o fechamento do exercício de 2025, a Companhia encontrou-se em fase pré-operacional e ainda não havia aferido receitas, já os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 3,0 milhões referente aos custos pré-operacionais para mobilização das operações. Em 2025, a Companhia registrou resultado financeiro líquido de R\$ 6,4 milhões, referente à rentabilidade das aplicações. Com isso, totalizou em 2025 lucro líquido de R\$ 3,1 milhão.

Demonstração do resultado	
Período de 05 de setembro a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)	
	Nota 2025
Despesas administrativas e gerais	12 (3.053)
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>	<b>(3.053)</b>
Receitas financeiras	13 6.598
Despesas financeiras	13 (194)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>6.404</b>
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>3.351</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	14 a. (262)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>3.089</b>

Demonstração do resultado abrangente	
Período de 05 de setembro a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)	
	Nota 2025
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>3.089</b>
Outros resultados abrangentes	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>3.089</b>

Demonstração do fluxo de caixa	
Período de 05 de setembro a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)	
	Nota 2025

<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	
Resultado antes dos tributos	3.351
Ajustes para:	
Atualização monetária do capital social	(1.339)
Rendimentos de aplicações financeiras	13 (4.066)
Realização do ajuste a valor presente sobre ativos financeiros	13 (1.193)
<b>Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais</b>	<b>(3.3247)</b>

<b>Variações nos ativos e passivos (Aumento)/Diminuição dos ativos</b>	
Outros créditos	(378)
<b>Aumento/(Diminuição) dos passivos</b>	
Fornecedores e empreiteiros	9
Obrigações fiscais	80
<b>Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais</b>	<b>(3.536)</b>

<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>	
Aplicações financeiras, líquidas	(151.107)
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	3.091
Aquisição de intangível	8 (ii) (8.784)
<b>Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b>(156.800)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>	
Aumento de capital social	11 160.342
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>160.342</b>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>6</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 05 de setembro	4 -
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4 6
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>6</b>

• Ativos financeiros ao custo amortizado;  
Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.  
• Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.  
São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

**Passivos financeiros**  
Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros da Companhia são classificados na seguinte categoria:  
• Passivos financeiros ao custo amortizado  
Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.  
O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

(iii) **Desreconhecimento Ativos financeiros**  
Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:  
• Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou  
• A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.  
Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.  
**Passivos financeiros**  
Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) **Compensação**  
Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.  
(v) **Hierarquia do valor justo**  
Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
  - Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
  - Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.
- Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.  
(vi) **Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, realização do ajuste a valor presente sobre ativos financeiros e atualização monetária do capital social.  
As despesas financeiras abrangem impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS) e outras despesas financeiras.  
g) **Determinação do valor justo**  
Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

continua →

A Águas do Pará C SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada no município de Belém, Estado do Pará. A Companhia tem por objeto social a prestação regionalizada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em 27 municípios do estado do Pará, correspondentes à área do Bloco C, nos termos do Edital da Concorrência Pública Internacional nº 02/2024, Processo nº 2024/2525947, promovido pelo Governo do Estado do Pará.

**Destaques Financeiros**  
Como a Companhia foi constituída e iniciou suas operações apenas em 2025, não há resultados ou dados referentes ao exercício de 2024 para apresentação, inexistindo, portanto, base de comparação para esse período. Dessa forma, são apresentados a seguir os principais resultados e comentários referentes aos primeiros meses de operação em 2025.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)		
Ativo	Nota	2025
Caixa e equivalentes de caixa	4	6
Aplicações financeiras	5	151.185
Tributos a recuperar		709
Outros créditos	6	268
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>152.168</b>
Outros créditos	6	170.115
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>170.115</b>
Intangível	8	146.987
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>317.102</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>469.270</b>

Demonstração das mutações do patrimônio líquido		
Período de 05 de setembro a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)		
	Nota	2025

<b>Saldos em 05 de setembro de 2025</b>							
Aumento de capital social	11 a.	400.578	(72.764)	-	-	-	327.814
Lucro líquido do período		-	-	-	-	3.089	3.089
Destinação:							
Reserva legal	11 b.	-	-	154	-	(154)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11 c.	-	-	-	-	(734)	(734)
Lucros retidos	11 d.	-	-	-	2.201	(2.201)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>400.579</b>	<b>(72.764)</b>	<b>154</b>	<b>2.201</b>	<b>-</b>	<b>330.170</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras - Período de 05 de setembro a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)**

**1. Contexto operacional**  
A Águas do Pará C SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada no município de Santarém, Estado do Pará, constituída em 05 de setembro de 2025 e tem por objeto social, na qualidade de Sociedade de Propósito Específico a prestação regionalizada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, nos termos do respectivo contrato de concessão, bem como de atividades acessórias ou associadas, obediência a legislação vigente e as disposições do Edital da Concorrência Pública Internacional nº 01/2025, Processo nº 2024/2525947, promovido pelo Governo do Estado do Pará. O contrato de concessão foi assinado em 05 de novembro de 2025, estabelecendo prazo de 40 anos para a concessão. Após a assinatura teve início a operação assistida do sistema pelo período de 180 dias e a operação plena está prevista para início em 04 de maio de 2026.  
**Segmento Operacional**  
A Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

**2. Base de preparação**  
a) **Declaração de conformidade**  
As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").  
A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 24 de abril de 2026.  
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Companhia na sua gestão.

b) **Moeda funcional e moeda de apresentação**  
Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma.

c) **Uso de estimativas e julgamentos**  
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.  
As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente, quando aplicável.  
Não há informações sobre julgamentos, estimativas e premissas realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

d) **Base de mensuração**  
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

**3. Políticas contábeis materiais**  
A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo:  
a) **Caixa e equivalentes de caixa**  
Compreendem os saldos em dinheiro e depósitos bancários à vista, disponíveis para uso imediato. A Companhia não classifica como equivalentes de caixa as aplicações financeiras que não atendem aos critérios de vencimento original inferior a três meses e risco insignificante de mudança de valor.  
b) **Ativos intangíveis**  
A Companhia possui como ativos intangíveis itens relacionados ao Contrato de Concessão de Serviços e direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item "c". São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, sendo esta calculada de acordo com a vida útil estimada do ativo ou prazo da concessão, dos dois o menor.

c) **Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura**  
A Companhia aplica a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo (quando aplicável), dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente.  
Nos termos dos contratos de subconcessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.  
Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

d) **Ajustes a valor presente**  
Os ativos e passivos monetários de longo prazo, estão ajustados pelo seu valor presente, conforme CPC 12. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Estão ajustados pelo seu valor presente as rubricas: renegociações de contas a receber conforme nota explicativa nº 6, arrendamentos e outorga a pagar conforme nota explicativa nº 14.  
e) **Tributos**

(i) **Imposto de renda e contribuição social**  
O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, consideraram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do período.  
**Tributo diferido**  
O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem

aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.  
O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.  
As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**Exposições fiscais**  
Na determinação do Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada com relação ao período fiscal em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas.  
Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.  
(ii) **Tributos sobre prestações de serviços**  
O PIS e COFINS do período são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, no mesmo sentido que geram créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados nas operações da Companhia.  
O PIS e COFINS diferidos no Balanço Patrimonial compreendem a proporção das receitas que não foram recebidas das operações com Órgãos Públicos, se mantendo assim até o momento do efetivo recebimento das receitas que lhe deram origem, quando o recolhimento será realizado, de acordo com a legislação fiscal vigente.

f) **Instrumentos financeiros**  
Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.  
(i) **Reconhecimento e mensuração inicial**  
**Ativos financeiros**  
Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.  
A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros.  
Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.  
Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.  
As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

**Passivos financeiros**  
Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.  
Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.  
(ii) **Mensuração subsequente**  
**Ativos financeiros**  
Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados em duas categorias:

**→ continuação** **Notas explicativas às demonstrações financeiras - Período de 05 de setembro a 31 de dezembro de 2025** (Em milhares de reais)

h) **Normas emitidas, mas ainda não vigentes**  
 Uma série de novos pronunciamentos contábeis será aplicável a exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não adotou antecipadamente esses pronunciamentos na preparação destas demonstrações contábeis.  
 Dentre as normas emitidas com potencial aplicabilidade à Companhia, destaca-se:  
 • CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis  
 O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o CPC 51, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, com vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.  
 O CPC 51 introduz novos requerimentos relacionados à apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis, incluindo:  
 • Exigência de classificação de receitas e despesas em categorias específicas na demonstração do resultado, com a introdução de novo subtotal obrigatório de lucro operacional;  
 • Obrigatoriedade de divulgação das Medidas de Desempenho Definidas pela Administração (MPMs) em nota explicativa específica;  
 • Orientações aprimoradas sobre a agregação e desagregação de informações nas demonstrações contábeis; e  
 • Exigência de utilização do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto.  
 A Companhia encontra-se em fase de avaliação dos impactos decorrentes da adoção do CPC 51, especialmente no que se refere à estrutura e à apresentação da demonstração do resultado, bem como à forma de agregação e detalhamento das informações divulgadas nas demonstrações contábeis.

	<b>2025</b>
Bancos conta movimento	6
<b>Total</b>	<b>6</b>
<b>5. Aplicações financeiras</b>	
<b>Modalidade</b>	<b>2025</b>
Compromissada	151.185
<b>Total</b>	<b>151.185</b>

A rentabilidade média das aplicações financeiras é de 93,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2025.  
 A exposição da Companhia a riscos de crédito, riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 15 - Instrumentos financeiros.

	<b>2025</b>
Outros créditos	268
Crédito com acionista (i)	170.115
<b>Total</b>	<b>170.383</b>
Circulante	268
Não circulante	170.115

Saldo a receber de acionistas referente ao compromisso assumido pelos acionistas de entregar caixa no montante de R\$ 170.115 em 31 de dezembro de 2025 líquido do ajuste a valor presente no valor de (R\$ 71.571) com a taxa de desconto de 8,69% a.a. atrelado ao aumento de capital considerando os prazos para realização dos aportes até junho de 2032 conforme Contrato de Concessão firmado com o Estado do Pará, sendo esta condição irrevogável e irretirável.

**7. Transações com partes relacionadas**  
**Remuneração de pessoal-chave da administração**  
 As remunerações fixas e variáveis das pessoas-chave estão registradas no resultado do período e inclui salários e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2025, as respectivas remunerações totalizaram um montante de R\$ 263.

**Controladora**  
 A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações S.A. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detém 100% das ações que representam o seu capital social.  
**Outras transações com partes relacionadas**  
 Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025, bem como as transações que influenciaram o resultado do período em 31 de dezembro de 2025, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas e ou companhias a eles relacionadas e companhias do mesmo grupo econômico, e tais transações são realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes.  
 As operações efetuadas durante os períodos são demonstradas no quadro a seguir:

	<b>2025</b>
<b>Ativo circulante</b>	
<b>Aplicações financeiras</b>	
Itaú Unibanco S.A. (a)	151.185
<b>Outros créditos (nota explicativa nº 6)</b>	
Aegea Saneamento e Participações S.A.	170.115
<b>Total Ativo</b>	<b>321.300</b>

	<b>2025</b>
<b>Passivo circulante</b>	
<b>Dividendos a pagar (nota explicativa nº 11 c.)</b>	
Aegea Saneamento e Participações S.A.	734
<b>Total Passivo</b>	<b>734</b>
<b>Resultado do período</b>	<b>2025</b>
<b>Receitas financeiras</b>	
Itaú Unibanco S.A. (a)	4.066
<b>Total Resultado do Período</b>	<b>4.066</b>

(a) Refere-se a aplicações financeiras em posse do Itaú Unibanco S.A. e aos rendimentos de aplicações financeiras.

**8. Intangível**  
 Os valores registrados a título de intangível referem-se, substancialmente, ao direito de exploração da infraestrutura da concessão e apresenta as seguintes composições:

<b>a) Composição dos saldos</b>			
	<b>2025</b>		
	<b>Vida útil (em anos)</b>	<b>(-)</b>	<b>Líquido</b>
<b>Ativo</b>			
<b>Direito de exploração da infraestrutura</b>			
Outorga	40	146.987	(i) 146.987
<b>Total</b>		<b>146.987</b>	<b>146.987</b>

	<b>2025</b>		
	<b>Adições</b>	<b>Custo</b>	
<b>Ativo</b>			
<b>Direito de exploração da infraestrutura</b>			
Outorga	146.987	(ii) 146.987	
<b>Total</b>	<b>146.987</b>	<b>146.987</b>	

(i) A amortização será iniciada após o período de operação assistida, correspondente a 180 dias contados da data de assinatura do contrato de concessão, celebrado em 05 de novembro de 2025.

(ii) Em 31 de dezembro de 2025 foi pago o montante de R\$ 8.784 referente à outorga do contrato de concessão.

	<b>2025</b>
<b>Fornecedores e empreiteiros</b>	
Fornecedores de materiais e serviços	9
<b>Total</b>	<b>9</b>

A exposição da Companhia a riscos de liquidez é divulgada na nota explicativa nº 15 - Instrumentos financeiros.

	<b>2025</b>
<b>10. Outras contas a pagar</b>	
Direito de outorga a pagar (i)	138.203
<b>Total</b>	<b>138.203</b>
Não circulante	138.203
(i) O montante a pagar em 31 de dezembro de 2025 é devido ao Estado do Pará que	

<b>Diretoria</b>	
<b>André Macedo Facó</b> Diretor Presidente	<b>Valdir Antonio Alcarde Junior</b> Diretor Executivo
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	

Aos Conselheiros e Administradores da **Águas do Pará C SPE S.A.**, Belém - PA  
**Opinião**  
 Examinamos as demonstrações financeiras da Águas do Pará C SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e a respectiva demonstração do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o período de 5 de setembro de 2025 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.  
 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam

será pago em dezoito parcelas até 2045 sendo corrigidas anualmente pelo mesmo índice de correção da tarifa. O montante está líquido do ajuste a valor presente no montante de R\$ 253.611 calculados com base na taxa média de 8,02%.

**11. Patrimônio líquido**  
**a) Capital social**  
 Em 05 de setembro de 2025, foi aprovado a constituição da Companhia mediante subscrição e integralização de 1.000 ações ordinárias no montante de R\$ 1, todas nominativas e sem valor nominal e em posse da única acionista Aegea Saneamento e Participações S.A.  
 Em 15 de outubro de 2025, a única acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. subscreeu o montante de R\$ 400.578 mediante emissão de 400.577.566 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Desse total, R\$ 160.231 foram integralizados pela acionista na mesma data, enquanto o valor remanescente de R\$ 240.347 permanece a integralizar conforme o boletim de subscrição.  
 Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$ 400.579, representado por 400.578.566 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Desse montante, R\$ 240.237 referem-se à obrigação do acionista de integralizar recursos em caixa, registrada como parte do capital subscrito ainda não integralizado.  
 Em 31 de dezembro de 2025, o acionista e o respectivo percentual de participação estão assim apresentados:

	<b>Participação</b>
	<b>100,00%</b>
<b>b) Reserva legal</b>	
E constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social.	
<b>c) Dividendos</b>	

Os acionistas terão direito a receber, em cada período social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do período, após a constituição da reserva legal e reserva de subvenção para investimento.  
 Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios referentes aos períodos de 05 de setembro a 31 de dezembro de 2025 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

	<b>2025</b>
Lucro líquido do período	3.089
(-) Constituição da reserva legal	(154)
Lucro líquido ajustado	2.935
<b>Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado</b>	<b>734</b>
<b>Dividendos destinados no período</b>	
Dividendos destinados do resultado do período (nota explicativa nº 7)	734
Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia destinou o montante de R\$ 734, a título de dividendos mínimos obrigatórios.	

**d) Reserva de retenção de lucros**  
 A Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária.

	<b>2025</b>
Serviços de terceiros	(3.014)
Outros	(39)
<b>Total</b>	<b>(3.053)</b>
<b>13. Resultado financeiro</b>	
	<b>2025</b>

<b>Receitas</b>							
Rendimentos de aplicações financeiras							4.066
Realização do ajuste a valor presente sobre ativos financeiros							1.193
Atualização monetária do capital social							1.399
<b>Receitas financeiras</b>							<b>6.598</b>
<b>Despesas</b>							
Impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS)							(189)
Outras despesas financeiras							(5)
<b>Despesas financeiras</b>							<b>(194)</b>
<b>Resultado financeiro</b>							<b>6.404</b>
<b>14. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)</b>							
<b>a) Imposto de renda e contribuição social correntes</b>							
A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, no período findo de 05 de setembro a 31 de dezembro de 2025, está apresentada como segue:							

	<b>2025</b>
Resultado antes dos tributos	3.351
<b>Alíquota fiscal</b>	<b>34%</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal</b>	<b>(1.139)</b>
Realização de AVP sobre aporte	406
Atualização monetária do capital social	455
Outras diferenças permanentes	16
<b>Imposto de renda e contribuição social:</b>	
Corrente	(262)
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado do período</b>	<b>(262)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>8%</b>
<b>Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos</b>	
Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurados	(262)
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	262
<b>Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa</b>	<b>-</b>
<b>Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:</b>	
Compensações referente retenções na fonte	188
Imposto de renda e contribuição social a pagar	74
<b>Total</b>	<b>262</b>

**15. Instrumentos financeiros**  
**Visão Geral**  
 A Companhia está exposta a risco de crédito; Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre o risco acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e do capital da Companhia.  
**Estrutura de gerenciamento de risco**  
 A Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco e os gestores de cada área se reportam regularmente a Companhia sobre as suas atividades.  
 As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

**Risco de crédito**  
 Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.  
 O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	<b>Nota</b>	<b>2025</b>
Bancos conta movimento	4	6
Aplicações financeiras	5	151.185
		<b>151.191</b>

**Risco de liquidez**  
 Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na

administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e reflete o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2025:

	<b>2025</b>					
	<b>Fluxo financeiro projetado</b>		<b>13 a</b>	<b>25 a</b>	<b>37 a</b>	<b>49 meses</b>
	<b>Valor contábil</b>	<b>(incluindo juros)</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>meses</b>	<b>meses</b>	<b>meses diante</b>
<b>Passivos</b>						
Fornecedores e empreiteiros	9	9	9	-	-	-
Dividendos a pagar	734	734	734	-	-	-
Outras contas a pagar	138.203	391.815	-	8.743	8.743	8.743
<b>Total</b>	<b>138.946</b>	<b>392.558</b>	<b>743</b>	<b>8.743</b>	<b>8.743</b>	<b>8.743</b>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

**Risco de mercado**  
 Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio e taxas de juros - têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.  
 • Risco de taxa de juros  
 A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, debêntures e outras contas a pagar.

Na data das Demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros expostos a taxa de juros era:

	<b>2025</b>
<b>Instrumentos de taxa variável</b>	
<i>Ativos financeiros</i>	
Aplicações financeiras	151.185
Crédito com acionista	170.115
<b>Total</b>	<b>321.300</b>

	<b>2025</b>
<b>Instrumentos de taxa variável</b>	
<i>Passivos financeiros</i>	
Direito de outorga a pagar	138.203
<b>Total</b>	<b>138.203</b>

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Companhia adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das Demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

			<b>Taxa de juros efetiva</b>					<b>Cenários</b>						
				<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>	<b>IV</b>	<b>V</b>						
			<b>a.a.</b>	<b>Pro-vável</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>	<b>-25%</b>	<b>-50%</b>						
<b>Exposição Patrimonial</b>	<b>Exposição</b>	<b>Risco</b>	<b>em 2025</b>											
<b>1- Ativos financeiros</b>														
Aplicações financeiras	151.185	Variação do IPCA	4,26%	22.527	28.159	33.791	16.895	11.264						
Crédito com acionista	170.115	Variação do CDI	14,90%	7.247	9.059	10.871	5.435	3.624						
<b>2- Passivos financeiros</b>														
Direito de outorga a pagar	(138.203)	Variação do IPCA	4,26%	(5.887)	(7.359)	(8.831)	(4.415)	(2.944)						
				<b>23.887</b>	<b>29.859</b>	<b>35.831</b>	<b>17.915</b>	<b>11.944</b>						

**Gerenciamento do capital**  
 A Companhia procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a Compromissada.

**Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros**  
 No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros:

									<b>Valor contábil</b>	<b>Valor Justo</b>
<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>Classificação por categoria</b>	<b>Hierarquia do valor justo</b>	<b>2025</b>	<b>2025</b>					
Caixa e equivalentes de caixa (i)	4	Custo amortizado		-	6	6				
Aplicações financeiras (i)	5	meio do resultado	Nível 2							

é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de abril de 2026



**KPMG Auditores Independentes Ltda.**

CRC 2SP-014428/O-6

**Rafael Santos Pereira**

Contador CRC 1SP255172/O-5

## AGUAS PARA C 29-04 pdf

Código do documento bd6cb61f-a2e3-4f12-903a-98863410aa6d



## Assinaturas



Antonio Erbeth  
antonio.erbeth@oliberal.com.br  
Assinou



## Eventos do documento

### 29 Apr 2026, 08:34:23

Documento bd6cb61f-a2e3-4f12-903a-98863410aa6d **criado** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email:antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE\_ATOM: 2026-04-29T08:34:23-03:00

### 29 Apr 2026, 08:34:53

Assinaturas **iniciadas** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE\_ATOM: 2026-04-29T08:34:53-03:00

### 29 Apr 2026, 08:35:40

ANTONIO ERBETH **Assinou** (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd) - Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br - IP: 177.105.192.2 (blockbit-utm.libnet.com.br porta: 62198) - Documento de identificação informado: 571.969.823-04 - DATE\_ATOM: 2026-04-29T08:35:40-03:00

## Hash do documento original

(SHA256):3ca8d9b3ab415bd184ac1a4ae7791b08389d15e53362d1fa21b1eecbaa0ce66c

(SHA512):e7a0036dd66fd4f047148ff733b9f6e005579b618e3d33de6278ec77dbb1379a31524fee7aa01bce5548e93b447bb15d243c713e5393a175c85b72e6f5eee0ec

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**

**Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL**

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.